

Antropologia das Leituras Feministas da Tradução¹

Jane Wilhelm²

Tradução: Gabrielle Aimi

Revisão de tradução:
Cristian C. Q. Macedo
Patrícia C. R. Reuillard³

Resumo: Este artigo tem o objetivo de analisar diferentes teorias de leitura, de escrita e de tradução no contexto de uma Antropologia interdisciplinar da tradução e a partir de uma reflexão feminista que também se situa em uma perspectiva hermenêutica. Ainda que o conceito de “gênero” seja uma categoria de análise utilizada para qualificar as relações sociais entre os sexos, ele também é uma *grade de leitura* de construções sociais que consistem em relações de poder. Com efeito, a evolução atual das sociedades questiona as conquistas do movimento feminista desde os anos 1970, e a tradução, ao trazer à tona questões de poder, pode inserir novos elementos no debate acerca da questão da relação com o poder e da violência da tradição patriarcal. Nossa análise da simbologia da hierarquização que valoriza o masculino refere-se especialmente aos trabalhos de Françoise Héritier sobre o pensamento da diferença sexuada nos sistemas de representação. Seguindo os passos de Lori Chamberlain, analisaremos a isotopia metafórica da sexualidade e do casamento em tradução e o modelo masculino de George Steiner. Tomando por base a ideia de um “inconsciente teológico” de Ladmiral, vamos trazer também o horizonte de um inconsciente amoroso, que estaria ligado a ele e que nos parece estar presente em todo pensamento sobre tradução, bem como na reflexão tradutológica. Também serão abordadas outras leituras da tradução em sua dimensão amorosa ou erótica, particularmente as de Valery Larbaud e de Serge Gavronsky, que se articula em torno do inconsciente freudiano. Vamos opor diferentes leituras feministas que ilustram a liberdade de insurgir-se contra os estereótipos e contra a desigualdade entre os sexos à isotopia metafórica da sexualidade em tradução e ao modelo de Steiner, ao mesmo tempo em que daremos início à reflexão sobre a questão da autoridade. As questões de gênero, sexualidade e autoridade em tradução revelam questões propriamente políticas; por isso convém insistir, portanto, no pluralismo da autoridade.

Palavras-chave: leitura; hermenêutica; tradução feminista; metáforas sexuais.

Introdução

Nosso objetivo é examinar diferentes teorias da leitura e da tradução no contexto de uma Antropologia interdisciplinar da tradução e a partir de uma reflexão feminista que também se situa em uma perspectiva hermenêutica que, desde a Antiguidade, é a arte de ler, compreender e interpretar (STAROBINSKI, 1987). A ideia de um horizonte antropológico de

¹ Artigo traduzido do francês, a partir de Wilhelm, J., *Anthropologie des lectures féministes de la traduction*, *TTR*, 27(1), p. 149-188. <https://doi.org/107202/1037122ar>, com a autorização da autora.

² Universidade de Genebra, LEGS (Laboratório de estudos de gênero e sexualidade)

³ Gabrielle Aimi: Bacharelanda em Letras (UFRGS), aimi.gabrielle@gmail.com

Cristian C. Q. Macedo: Doutorando em Letras (UFRGS), cristianmacedoxix@gmail.com

Patrícia C. R. Reuillard: Professora do Instituto de Letras (UFRGS), patricia.ramos@ufrgs.br

Estudos de Tradução, que se construiria a partir do conjunto das Ciências Humanas e dos Estudos Culturais no que diz respeito à disciplina tradutológica, foi discutida pelo filósofo e especialista em tradução Jean-René Ladmiral, em especial em uma entrevista publicada no periódico canadense *Meta* (2012). Com a contribuição da Psicologia, sobretudo da psicanálise, ele desenvolve, nessa entrevista, uma reflexão aprofundada sobre as bases epistemológicas da pesquisa em Estudos de Tradução. O conceito de *Antropologia* para Ladmiral é definido como o horizonte filosófico de totalização crítica do conjunto das Ciências Humanas. Semelhante ao que ocorre na tradição alemã, ele também estabelece a ligação com uma filosofia do ser humano em relação com a *teologia*⁴. A contrapartida de uma filosofia do ser humano ligado à teologia se encontra, então, com a tradição hermenêutica tal como ela se desenvolveu a partir de Friedrich Schleiermacher. De acordo com essa ótica, os textos são um acesso à dimensão do existencial, pois a compreensão não se restringe ao domínio da escrita; ela se aplica a todas as situações humanas e a todos os domínios da cultura.

Sendo assim, a tradução se mostra difícil de definir, como Jean-René Ladmiral gosta de lembrar em seus textos: ela faz parte dos universais antropológicos fundamentais e dos “indefiníveis”, como o amor, Deus ou a morte (1995). Também vale lembrar que a tradução assume um papel paradigmático para Paul Ricœur e Hans-Georg Gadamer, dois grandes representantes da hermenêutica filosófica contemporânea. Para Ricœur, a “hospitalidade linguageira” representada pela tradução, assumindo os “riscos da tradução-traição”, torna-se, em sua dimensão ética, um modelo para outras formas de hospitalidade relacionadas, como as religiões e confissões religiosas, que seriam “como línguas estrangeiras umas às outras” (2004, p. 43). A psicanálise, segundo Ricœur, é uma leitura feita a partir do discurso freudiano que articula questões de sentido (sentido do sintoma ou do sonho) e de força (investimento, conflito, recalque), além de uma interpretação geral da cultura. Ela representa uma hermenêutica da regressão ao arcaico, onde o inconsciente se descobre como destino (RICŒUR, 1969)⁵. Enquanto Ricœur ressalta a “prova do estrangeiro” em tradução, insistindo na relação entre “próprio” e “estrangeiro” que passa por toda a tradição hermenêutica (2004, p. 42), Ladmiral afirma que, desde a Antiguidade, a hermenêutica é uma

⁴ Em *The Politics of Translation*, Gayatri Spivak lamenta o fato de que as feministas ocidentais não tenham se conscientizado, até o momento, da religião como vetor cultural (“*as a cultural instrument*”), considerando-a, sobretudo, como sinal de uma diferença cultural (1993, p. 194).

⁵ Ele escreve que “além da crítica dos ‘modelos’ do inconsciente, o que está em jogo é a possibilidade de uma Antropologia filosófica capaz de assumir a dialética do consciente e do inconsciente” (RICŒUR, 1969, p. 102; em itálico no texto).

figura da dialética do Mesmo e do Outro⁶. Seria possível articularmos essas questões entre si, mas aqui, para nós, dificilmente é possível ir além dessa simples referência. Frequentemente observa-se aqui um ponto de convergência entre a reflexão teórica sobre a tradução e os estudos de gênero em torno da questão da *identidade* (LADMIRAL, 1995)⁷.

Ao privilegiar a sensibilidade individual do *leitor* na produção do sentido, a hermenêutica moderna reconhece o investimento do sujeito (trata-se aqui do sujeito que traduz) durante o processo de interpretação e advento do sentido. Construída como uma reflexão sobre as condições do saber e chamando a atenção para o processo e as condições da compreensão, a hermenêutica filosófica em seu alcance universal depende, portanto, de uma teoria do conhecimento. A *mediação* da tradução, como também assinala Ladmiraal, refere-se, então, à questão da hermenêutica. Já a teoria da tradução refere-se tanto a uma teoria do conhecimento quanto a uma teoria da comunicação (1990, p. 121-138; 1986, p. 36)⁸.

É bom lembrar que, no que diz respeito ao horizonte antropológico das Ciências Humanas no qual se encaixariam os Estudos de Tradução, como sugere Ladmiraal, a disciplina de Antropologia também contribuiu de maneira significativa para os debates correntes sobre as relações sociais de sexo. Destacam-se, especialmente, os trabalhos da antropóloga americana Gayle Rubin, que desenvolveu o conceito de “sistema de sexo/gênero” no artigo *The Traffic in Women* (1975), além dos de Nicole-Claude Mathieu (1991), ou ainda os textos da antropóloga e etnóloga francesa Françoise Héritier (1996; 2002; 2012), citando apenas algumas das grandes figuras ligadas aos avanços teóricos da epistemologia de gênero.

Ao mesmo tempo que o conceito de “gênero” é uma categoria de análise utilizada para designar as relações sociais entre os sexos, ele também é uma *grade de leitura* de construções sociais que consistem em relações de poder (SCOTT, 1988; 2012). Por isso, alguns dos conceitos herdados da longa tradição da leitura, representada pela hermenêutica filosófica, podem ser úteis para o assunto que estamos tratando, em especial aquilo que Hans-Georg Gadamer (baseando-se em Heidegger) chama de “pré-compreensão” ou pré-orientação do movimento do pensamento, assim como os pré-conceitos (*Vor-Urteil*, em alemão) (1976 [1960]). Nesse contexto, é importante ainda destacar a influência da filosofia alemã, particularmente a de Hegel, nas ideias de feministas contemporâneas como Judith Butler,

⁶ Ver *Une herméneutique interculturelle de la traduction* [Uma hermenêutica intercultural da tradução], ainda não publicado.

⁷ “Se observarmos as controvérsias que dizem respeito às traduções, veremos que, na grande maioria das vezes, quem critica uma tradução o faz reprovando o tradutor por ter se afastado do texto original: como se a tradução se encontrava inconscientemente definida em termos de *identidade*.” (LADMIRAL, 1995, p. 417)

⁸ Ele também afirma que a obra literária pode “aparecer como um paradigma filosófico do conhecimento”. Para uma análise da importância da interpretação para o futuro das nossas sociedades, ver Yves Citton (2010).

Catherine Malabou ou Gayatri Spivak, sendo que esta última assume ter também um apego teórico às visões de Marx, como já afirmou repetidamente em suas aulas e textos (2011; 2013)⁹.

Em *The Politics of Translation*, Gayatri Spivak fala da tradução como uma *leitura* e da leitura como tradução (“*Translation as Reading*”, “*Reading as Translation*”), o que necessariamente remete à tradição da hermenêutica, mesmo sem que a autora se refira explicitamente a ela (2004 [1993], p. 370 e 384). Por outro lado, ela também insiste na importância, para toda tradutora e tradutor, de compreender os pressupostos de um autor ao traduzi-lo e, sobre isso, cita alguns pressupostos filosóficos de Kant, Marx e Foucault para ilustrar seu pensamento (2012, p. 256-257). Essa é a questão crucial do papel dos “pré-conceitos” (*Vor-Urteil*, em alemão) em todo ato de interpretação, mencionada anteriormente. Através de Heidegger, a descrição fenomenológica do “círculo hermenêutico” destacou a estrutura de antecipação e o caráter de “projeto” de toda compreensão (STAROBINSKI, 1907)¹⁰. A “pré-compreensão” (*Vor-Verständnis*, em alemão) poderia então ser definida como uma estrutura de acolhimento já que todo texto se desenrola sobre um plano de fundo pré-existente, de leitura pré-construída ou de tradição. Dessa forma, *O Contrato Sexual*, análise de Carole Pateman publicada em 1988, ilustra o elemento de pré-determinação da subordinação das mulheres nas teorias do contrato social. A leitura ou a interpretação (duas palavras sinônimas em uma perspectiva hermenêutica) aparecem então como um mesmo movimento que mostra e torna visível a violência simbólica que atinge as mulheres; a leitura dá voz ao que não se escuta. A violência doméstica e social, por um lado, também é violência teórica, por outro, como mostra Catherine Malabou, a mulher nunca pôde se definir de outra forma “senão pela violência que ela sofre” (2009, p. 115)¹¹.

Analisaremos então a questão das metáforas sexuais ou sexistas na tradução, ligadas ao “percurso hermenêutico” proposto por George Steiner em *Depois de Babel. Questões de Linguagem e Tradução* (2005 [1975]), que pretende ser uma hermenêutica do impulso e da penetração, um modelo denunciado por teóricas feministas, como Lori Chamberlain ou Susan

⁹ Durante os trabalhos da *Nida School of Translation Studies* em Misano Adriático, na Itália, em 2013, Gayatri Spivak, convidada como “*Nida Professor*”, claramente referiu-se a Marx em relação ao conjunto do seu pensamento teórico e crítico.

¹⁰ Jean Starobinski majestosamente desenvolveu o assunto do círculo hermenêutico em *La Relation Critique* [A Relação Crítica] (1970) a partir da leitura de uma passagem do terceiro volume do livro *Confissões* de Jean-Jacques Rousseau.

¹¹ Em uma entrevista concedida ao *Le Monde* em 18 de dezembro de 2009, Catherine Malabou retorna a essa questão. Além disso, Gayatri Spivak também comenta sobre a violência contra a mulher: “*A very general definition of work for feminism is to research how humankind is not nice to women and queers in different ways, and to see how this operates a structure of approved violence at one end and alibis for the interventionist missionary impulse at the other*” (2012, p. 123).

Bassnett, justamente por representar uma concepção “masculina” da tradução (ARROJO, 1995. p. 72). O adjetivo “sexista” designa, neste contexto, as atitudes e valores baseados em modelos estereotipados (frequentemente internalizados) de divisão de papéis, de direitos ou de deveres conforme o sexo, isto é, a construção social do gênero. Outras descrições da tradução em sua dimensão amorosa ou erótica também serão abordadas. Particularmente, o desenvolvimento temático de Serge Gavronsky, que se articula no horizonte do inconsciente freudiano e do triângulo edípico, assim como a reflexão de Jean-René Ladmiral (1986; 1991) sobre os conceitos de *sourciers* e *ciblistes*, tradutores que se voltam mais para o texto fonte ou para o texto alvo, respectivamente. Em seguida, para iniciar a reflexão sobre a questão de “autoridade”, vamos comparar outras leituras feministas, em especial a leitura pós-colonial de Gayatri Spivak (1977) com o modelo criptosexista de Steiner e com o modelo do “tradutor canibal” de Serge Gavronsky (que é inspirado no percurso hermenêutico de Steiner)¹². As questões de gênero, sexualidade e autoridade revelam necessariamente questões políticas, por isso convém insistir no pluralismo da autoridade, a exemplo da filósofa e teóloga Lytta Basset.

No entanto, antes disso é importante discutir o papel da metáfora dentro de uma Antropologia interdisciplinar da tradução, como faz Jean-René Ladmiral. Até o modelo universal proposto por George Steiner em *Depois de Babel* (ver St. André, 2010), a história da tradução é entrecortada por metáforas de natureza sexual ou sexista, que a descrevem. A metáfora das “belas infiéis”, por exemplo, do gramático francês Gilles Ménage (1613-1692), sugere que as traduções, assim “como as mulheres”, são ou belas, ou fiéis. Susan Bassnett assegura que a ideia por trás da metáfora das “belas infiéis” seria que, enquanto texto de partida, o original é masculino e onipotente, já o texto de chegada, a tradução, é feminino e subordinado (1993, p. 156). Essa metáfora não parece corresponder a nenhuma época em particular, ao contrário de outras que descrevem o ato de traduzir, como as metáforas francesas do *changeur de monnaie* (trocador de moedas), *la copie du tableau* (a cópia do quadro), *les vêtements* (as vestimentas), *la flèche que l'on tire* (a flecha que se atira, com a ideia de fonte e alvo) ou ainda a do *passeur* (o barqueiro) que se encontra apenas a partir do

¹² Ver também o comentário de Lori Chamberlain (2004) sobre o artigo de Serge Gavronsky. Para ser justa, Haroldo de Campos também deve ser mencionado, já que ele já havia apresentado esse conceito de “canibalismo” em seus trabalhos sobre tradução.

século XX. Além dessas, a metáfora da fidelidade está presente em toda a história da tradução¹³.

Por outro lado, podemos nos perguntar por que existem tantas metáforas, em diferentes línguas, para descrever a tradução. O conceito de tradução, como explica Ladmiral, resiste à conceitualização, ou seja, não podemos defini-lo: é um *indefinível* no sentido axiomático. Portanto, compreendemos a necessidade de recorrer ao discurso metafórico, que tem a função de desencadear uma reflexão, daí vem sua fórmula de que “O conceito é apenas uma metáfora que vingou!” (LADMIRAL, 1986, p. 34). Então, para ele, a verbalização passa pela metáfora, que parece mais aberta e mais heurística do que um conceito estritamente delimitado.

Nessa mesma linha, o ilustre filósofo alemão Hans Blumenberg elaborou, em *Paradigmes pour une métaphorologie* [Paradigmas para uma metaforologia], o que chama de “*tipologia da história das metáforas*”, sendo a disciplina da metaforologia vista como auxiliar da filosofia e, como explica, abrindo caminho para a “perspectiva mais ampla de uma teoria do inconceitualizável” (2006, p. 101, grifo do autor, p. 191-192). Segundo Blumenberg, as metáforas que ele qualifica como “absolutas” representariam toda a realidade cuja experiência não poderíamos ter e que não poderíamos nunca assimilar completamente (*ibid.*, p. 25). A metáfora é “meio de *conhecimento*” (*ibid.*, p. 160, grifo do autor), e o campo metafórico se abre para o que Blumenberg vê como uma relação com o mundo e com a vida (no sentido pleno que a palavra tem no pensamento alemão contemporâneo) ou, retomando a ideia de Ladmiral, sobre o horizonte de uma Antropologia geral. Blumenberg também questiona a metáfora do livro e da leitura tal como ela foi aplicada à interpretação do real e à nossa relação com o mundo em *La lisibilité du monde* [A legibilidade do mundo], (2007). Para o filósofo Clément Rosset, que elaborou sua concepção particular da *ontologia* (no sentido etimológico da palavra, ou seja, o saber do que é), a metáfora produz o que ele chama de “efeito da realidade”, de modo que “se ela não consiste estritamente na recriação da realidade, ao menos impõe sua redescoberta pela recriação dos meios que a exprimem habitualmente” (2008, p. 342-343). Além disso, na área mais circunscrita da tradução, Lieven D’hulst (1992) evidenciou o papel cognitivo das metáforas em Estudos de Tradução contemporâneos. E, finalmente, Maria Tymoczko também lembra o papel das metáforas no desenvolvimento dos campos disciplinares, especialmente o de Estudos de Tradução:

¹³Agradecemos ao professor Jean-Yves Masson da Universidade Paris-Sorbonne (Paris IV) pelas informações cedidas de sua presente pesquisa sobre os diferentes tipos de metáforas na tradução, especialmente aquelas em língua francesa.

For almost two decades descriptive studies have shown that metaphors for translation – from “les belles infidèles” to anthropophagy or cannibalism – can be used as the foundation of discourses about translation in specific cultural contexts for both hegemonic and subversive purposes, driving translation practices and strategies. (2010, p. 110)

Ao retomarmos a questão dos universais antropológicos fundamentais tratados anteriormente, dentre os quais estaria a tradução, em suas relações entre o autor e o tradutor, caberia mencionar o paradigma das relações entre homens e mulheres. Não é o que faz o próprio Karl Marx em seus *Manuscritos de 1844 (ou Manuscritos Econômicos e Filosóficos)*, citado para contribuir com a nossa discussão?

O mistério da relação do homem com o homem encontra sua expressão *inequívoca, decisiva, visível*, descortinada, nas relações do *homem* com a *mulher* e na maneira como se compreende suas relações genéricas, *naturais e imediatas*. A relação imediata, natural e necessária do homem com o homem é a *relação do homem com a mulher*. Nessa relação genérica *natural*, a relação do homem com a natureza é diretamente a sua relação com o homem, da mesma forma que a relação do homem com o homem é diretamente a sua relação com a natureza, sua própria determinação *natural*. (1960, t. 1, p. 163; grifo do autor)

Gaston Fessard, tradutor de *Manuscritos de 1844* para a língua francesa, observa que nesse texto importante, encontra-se desvendado o ponto crucial em que se une, para Marx, a dupla relação constitutiva da realidade humana, enquanto em outras partes da obra “essa relação aparece irremediavelmente desassociada e sob a forma da política e da economia” (*ibid.*).

As representações e construções simbólicas nas quais a relação dos seres humanos com o mundo é baseada (quaisquer sejam os princípios teóricos em Ciências Humanas que as conduzam, do Marxismo à Psicanálise ou à Antropologia social), são testemunhos de uma busca onipresente de sentido. A interpretação, ao invés de se concentrar exclusivamente nos textos como pretendia a Hermenêutica tradicional, cuja intenção, de início, era essencialmente técnica e normativa, agora se faz sobre a dimensão do existencial, da “compreensão do mundo” e da convivência (REVAULT D’ALLONNES, 2006, p. 16)¹⁴. Isso coincide com a perspectiva de sentido referida por Ladmiral (2012), na qual a pesquisa em Estudos de Tradução se expandiria para o conjunto das Ciências Humanas e dos Estudos Culturais, das quais se ocupa a tradução, que diz respeito ao universo da *mediação*, tendo como

¹⁴ Salientamos que a expressão “compreensão do mundo” (*mise en sens du monde*) de Myriam Revault d’Allonnes é utilizada em sua obra em um contexto diferente.

contrapartida o componente interdisciplinar no qual se baseia toda reflexão teórica em tradução.

Françoise Hérítier, professora emérita de Antropologia no *Collège de France*, questionou-se sobre a organização do simbólico, no qual se baseia a desigualdade inerente entre os sexos, e sobre a maneira como a diferença dos sexos estrutura o pensamento humano, já que isso rege dois conceitos fundamentais que se opõem: o *idêntico* e o *diferente*. Hérítier responde a esse questionamento sobre o simbólico da hierarquização em termos tanto antropológicos como políticos. Essa oposição conceitual essencial, baseada na observação da diferença sexuada, se encontraria, segundo ela, tanto no pensamento científico moderno quanto no passado, e em todos os sistemas de representação (1996, p. 20). Esse sistema de oposições representaria “uma grade de leitura” presente “no discurso científico, assim como no discurso natural, que engloba os gêneros e sexos” (*ibid.*). No decorrer dos seus trabalhos de campo, Hérítier convenceu-se de que a diferença anatômica e fisiológica entre o homem e a mulher tem origem nos nossos sistemas conceituais e linguísticos com base no princípio da dualidade. A relação idêntico/diferente “que [s]ustenta a maioria dos sistemas ideológicos”, escreve ela, seria originária das categorias binárias que opõem “valores abstratos ou concretos (quente/frio, seco/molhado, alto/baixo, inferior/superior, claro/escuro, etc.)”, hierarquizados e avaliados, por serem marcados, respectivamente, pelo selo ou sinal de masculino ou feminino (*ibid.*)¹⁵. No artigo *Quand la culture s'impose à la nature* [Quando a cultura se impõe à natureza], ela explica que se as diferentes sociedades humanas, das mais primitivas às mais desenvolvidas, se caracterizam por uma hierarquia de sexos determinada pela “dominação masculina”, os seres humanos “precisaram *construir um modelo interpretativo* para compreender a existência de dois aspectos sexuados, o fato de que as fêmeas possam dar à luz crianças de sexo diferente do seu” (2013, p. 9-10; grifo nosso). Logo, não é surpreendente constatar que o próprio Karl Marx se encaixe nessa matriz simbólica homem-mulher e no sistema de oposição ou de associações binárias que, para Françoise Hérítier, se originaria do nosso sistema fundamental de pensamento.

¹⁵ Também podemos destacar, de maneira geral, o emprego do binarismo na teoria da tradução, começando pela distinção entre “*sourcier*” e “*cibliste*” de Jean-René Ladmiral, assim como os seguintes pares: “equivalência formal/equivalência dinâmica” (Eugene Nida), “tradução semântica/tradução comunicativa” (Peter Newmark), “tradução semântica/tradução instrumental” (Christiane Nord), “tradução hipertextual (etnocêntrica)/tradução literal” (Antoine Berman), “estratégias de domesticação/estratégias de estrangeirização” (Lawrence Venuti).

1. Leituras e tradução

Toda tradução começa pela leitura de um texto de partida, como observa a tradutora feminista Susanne de Lotbinière-Harwood, quando afirma que “traduzir é primeiramente ler” (1991, p.18). Toda leitura contempla necessariamente uma dimensão social, incluindo a diferença sexual, ao colocar em jogo competências aprendidas que podem variar de acordo com o momento na história ou com o contexto social. Esta atividade também pode exigir uma competência interpretativa bastante avançada (a razão de ser original da hermenêutica), ou mesmo verdadeiramente criativa. Lotbinière-Harwood afirma que todo ato de leitura, seja a interpretação de uma obra ou de um acontecimento, “está codificado desde o início”, o que implica que a questão do gênero, para ela, encontraria “seu lugar em toda reflexão sobre tradução”, sendo que o “efeito do gênero” seria sentido inicialmente pelo corpo que lê e interpreta o texto de partida (*ibid.*). Ainda sobre a leitura feminista, ela escreve: “Ao propor um quadro de leitura diferente, ou seja, marcado pelo gênero feminino, o feminismo permite visualizar e articular realidades escondidas pelas palavras e nas palavras” (*ibid.*, p. 19). Ela considera, portanto, que a tradução seja uma “prática de reescrita no feminino” que visa subverter a ordem patriarcal e dar visibilidade às mulheres na língua e na sociedade (*ibid.*, p. 26-28).

Desta forma, as teóricas da tradução feminista, no geral, estão mais atentas aos processos de leitura, releitura ou escrita e às questões ideológicas que derivam disso do que aos conceitos de equivalência ou fidelidade, que elas questionam abertamente. Retomando a pergunta de Freud¹⁶ e mencionando o papel da leitura e a ligação que se forma com toda leitora em uma perspectiva feminista, a crítica Shoshana Felman escreve:

Feminism comes to be defined here almost inadvertently, as a bond of reading: a bond of reading that engenders, in some ways, the writer – leads to her full assumption of her sexual difference: a bond of reading and of writing which, however, paradoxically precedes knowing what it means to “read as a woman” since this very bond, this very reading, is precisely constituted by the cognition that the question “what is woman” has not yet been answered and defies, in fact, all given answers. (1993, p. 12)

A teoria feminista da tradução nos tornou conscientes das relações de poder e dos conflitos que derivam de qualquer atividade de tradução, ao nos mostrar práticas hegemônicas

¹⁶ Susanne de Lotbinière-Harwood também comenta a questão de Freud: “Se, após ouvir suas pacientes por anos, Freud ainda perguntava ‘o que as mulheres querem?’, é porque lá do alto, ele não conseguia escutar as palavras delas, vindas de seu lugar de fala mudo na ordem sociolinguística.” (1991, p. 93)

que contribuem para objetivos ideológicos. Portanto, a união entre os Estudos de Tradução e o pensamento feminista se revelou especialmente bem-sucedida ao introduzir novas perspectivas teóricas e práticas, particularmente em relação à questão da *ética* em tradução (VAN WYKE, 2013)¹⁷. Mesmo que diversos estudos tenham sido publicados desde os anos 1990, principalmente pelas feministas canadenses e quebequenses Sherry Simon, Luise von Flotow, Barbara Godard e Susanne de Lotbinière-Harwood, como por tantas outras teóricas em diferentes países (RAGUET, 2008; SARDIN, 2009), o assunto está longe de esgotar-se. Com efeito, a evolução atual das sociedades questiona as conquistas do movimento feminista desde os anos 1970, e a tradução, ao trazer à tona questões de poder, pode inserir novos elementos no debate acerca da questão da relação com o poder e da violência da tradição patriarcal. A inclusão do tema da tradução na literatura contemporânea ilustra visivelmente o fato de que a tradução se situa, hoje, no cerne das preocupações intelectuais e culturais da nossa época, caracterizada pela globalização¹⁸. Além disso, a tradução também é um assunto de grande importância na filosofia contemporânea, especialmente entre os textos de Paul Ricoeur, Jacques Derrida, Walter Benjamin, Michel Serres, Homi Bhabha e Heinz Wismann.

Ao ver a tradução como inerente às suas abordagens, algumas feministas, como a escritora Nancy Huston, a redefinem ao questionar as relações entre “produção” e “reprodução”, que estabelecem relações de poder ligadas ao gênero, como mostrou Lori Chamberlain em seu influente artigo intitulado *Gênero e a Metafórica da Tradução*, sobre o qual falaremos mais adiante. Essa oposição entre escrita e tradução, para Chamberlain, seguindo o exemplo de Susan Bassnett citada anteriormente, designa o original como “masculino” e o texto traduzido como derivado e “feminino” (2004, p. 306). A autotradução de mão dupla de Nancy Huston vem, contudo, subverter as relações de dependência hierárquica entre o texto de partida e a tradução, assim como a oposição entre língua materna e língua estrangeira e entre identidade e alteridade. Tanto com essa prática de autotradução quanto no ensaio *Tradutor Não É Traidor*, Nancy Huston nos convida a questionar nossas práticas e representações de escrita e tradução, bem como a própria ideia de língua materna (2007, p. 151). Se a tradução se confunde com o texto de partida na escrita entre as línguas, é o escritor que traduz, nos diz ela, invertendo a hierarquia tradicional. (*ibid.*, p. 153).

¹⁷ O autor analisa, entre outras coisas, a contribuição das teóricas feministas para a tradução e para a ética.

¹⁸ Citamos principalmente os romances de Nicole Brossard, Erik Orsenna, Claude Bleton, Brice Matthieussent, Jacques Gélât, bem como a novela de Anita Desai. Além destes, Antonio Lavieri publicou uma monografia sobre a figura do tradutor.

2. Perspectiva de um inconsciente do amor em tradução

Ladmiral reiterou diversas vezes a ideia de que a tradução traz à tona os sentimentos e que, nesse processo, há algo que faz parte da ordem do reprimido ou do inconsciente que frustra a lucidez do sujeito que traduz. A reflexão de Walter Benjamin, segundo a qual o modelo ou arquétipo da tradução seria o texto sacro, o conduziu para um inconsciente religioso da tradução para o qual ele trouxe, mais tarde, todo um desenvolvimento temático (Ladmiral, 1986; 1990). Tomando por base a ideia de um “inconsciente teológico” aprofundada por Ladmiral, vamos tratar também da perspectiva de um inconsciente amoroso, que estaria ligado a ele e que nos parece estar presente em todo pensamento sobre tradução, bem como dentro da reflexão tradutológica. Aqui encontra-se a oposição fundamental entre *eros* (amor passional) e *ágape* (amor de Deus e preocupação com o próximo), nessa tradução impensada que funcionaria para nós tal como é desenvolvida, por exemplo, por Serge Gavronsky (2010). Françoise Wuilmart, por outro lado, traz um “Eros tradutório” (2009, p. 38): toda tradução representaria o “*encontro de dois imaginários*” sob a forma da “empatia erotizada”, um encontro que se desenvolve, em grande parte, ao nível do inconsciente (*ibid.*, p. 32 e 37; grifo do autor).

O próprio Walter Benjamin descreve “a tarefa do tradutor” como “um movimento de amor que expressa em sua língua, com atenção até aos pormenores, a ótica do texto de partida” (1971, p. 271). Aqui, o amor e a nostalgia de uma língua materna se encaixariam, retomando as palavras de Paul Ricœur, em uma “perspectiva messiânica do ato de traduzir” (2004, p. 30). Por outro lado, *O Amor e o Ocidente*, grande obra de Denis de Rougemont, que ilustra o império nostálgico do mito de Tristão e Isolda em nosso cotidiano e que descreve o fenômeno histórico daquilo que Stendhal chama de amor-paixão como sendo de origem religiosa, nos conforta com a ideia de um inconsciente do amor em tradução (ou mesmo da paixão), que seria ligado a um impensado metafísico do traduzir (ROUGEMONT, 1972 [1939]). Se se pôde dizer que a história do cristianismo foi a encenação de uma luta entre *eros* e *ágape* (Basset, 2010), o Ocidente, como escreve Denis Rougemont, nunca parou de mostrar o perigo de *eros*, “o amor do amor” do mito de Tristão e Isolda, que dissimula uma paixão ainda mais terrível e destrutiva por ser vergonhosa: o desejo de morte (1972 [1939], p. 33). Vale lembrar ainda que a temática central do Velho e Novo Testamento, aquele que fala da aliança, é nupcial. Deus é apresentado como um amante, esposo ou noivo, e os evangelhos retomam as imagens do Velho Testamento para se referir a Jesus, o noivo, o esposo (Marcos,

2:19; Mateus, 25:6) (Barreau, 1971)¹⁹. Nota-se, então, todo o poder da simbologia do casal no imaginário coletivo, seja na análise de Marx citada anteriormente, seja no mito de Tristão e Isolda que mostra a visão moderna do amor-paixão, ou ainda nas imagens bíblicas que ilustram as “bodas” (Lucas, 14:17^{20*}) que são o reencontro com o Deus vivo.

É necessário constatar que na tradução também existe antes um casal: o texto de partida e sua tradução. Valery Larbaud reconhece isso explicitamente: “Mesmo nas relações cotidianas com a obra que traduzimos, nós reconhecemos as condições do casal humano...” (1984 [1946], p. 46). Em suas declarações sobre tradução, nas quais “é sempre uma história de amor”, ele faz menção ainda aos “amantes da bela herdeira”, “essa tomada de posse” através da qual “nós fomos promovidos ao lugar de esposo”, “algo sobre essa proteção respeitosa, delicada e autoritária que reina nas relações do marido com a mulher”, bem como o “casamento” que pode ter sido consumado ou não (*ibid.*, p. 45 e 48). Ele está plenamente consciente, como gosta de ressaltar Serge Gavronsky, que o ato de traduzir pode ser interpretado como um aspecto sexual (1977, p. 60). O trecho a seguir, em que encontramos a questão da “apropriação” do sentido, elaborada por Paul Ricœur em sua teoria do texto, na qual ele representa a subjetividade do leitor (1986, p. 137-159), se propõe a ser uma leitura psicanalítica: “Pois traduzir uma obra de que gostamos é penetrar nela muito mais profundamente do que poderíamos fazer em uma simples leitura. É possuí-la completamente, é como se nos apropriássemos dela” (LARBAUD, 1984 [1946], p. 22)²¹. Pensamos aqui sobre as observações do narrador de *Um amor de Swann* sobre o ato de posse física, “a posse, sempre impossível, de outro ser” e “além disso, não se possui nada” (Proust, 2002 [1913], p. 248 e 102). A delicadeza psicológica da análise de Proust pode se referir perfeitamente tanto à relação de tradução quanto aos “pensamentos de amor e de tradução” de Larbaud (1984 [1946], p. 47). Além disso tudo, o próprio Proust não nos convida a isso, de acordo com a seguinte revelação frequentemente citada: “O dever e a tarefa de um escritor são os mesmos de um tradutor” (*O Tempo Redescoberto*, 2004, p. 187)?

Em seu livro *Les Belles Infidèles* [As Belas Infieis], George Mounin escreve que mesmo que as comparações sobre tradução possam ser imperfeitas, ainda assim funcionam e são lembradas. Para contribuir com isso, ele cita a metáfora do grande filósofo, historiador, escritor e político italiano Benedetto Croce, que diz que não é apenas uma questão de amor,

¹⁹ “Deus nunca se apresenta como matéria de conhecimento” nos evangelhos, porque quando se trata do amor, seria mais sobre reencontro ou união (BARREAU, 1971, p. 46).

^{20*} N. da T.: nas versões brasileiras da Bíblia, esse trecho encontra-se em Lucas, 14:8.

²¹ Ver o comentário de Serge Gavronsky sobre Valery Larbaud em *The Translator: From Piety to Cannibalism* [O Tradutor: da Piedade ao Canibalismo].

mas também de identidade²². O tradutor de poesia que quisesse substituir o texto de partida seria como alguém que apresenta outra mulher a um homem apaixonado ao invés daquela que ele ama. O apaixonado, no entanto, ama aquela mulher, e não outra parecida ou equivalente (MOUNIN, 1994 [1955], p. 24).

Jean Starobinski, a exemplo de Larbaud, recorre à metáfora conjugal para explicar o ato crítico, que não poderia ser “uma máquina celibatária” (1970, p. 28), mas seus discursos também poderiam ser aplicados ao ato de traduzir:

Esse casamento também corre os mesmos riscos de todos os outros casamentos, e nós sabemos que há casais neuróticos de vários tipos: primeiramente, o tipo em que o ser supostamente amado não é reconhecido em sua verdade, em sua qualidade de sujeito livre e independente: ele é apenas o suporte das projeções do desejo amoroso que fazem dele aquilo que não é; também há o tipo contrário, no qual o amante se anula na fascinação e submissão absoluta pelo objeto do seu amor; há, por fim, o tipo no qual o amor não é pela pessoa propriamente, mas sim pelo que vem com ela, pelo lugar que ela ocupa, por seus pertences, pela glória de seus antecessores, etc. Em suma, o trabalho crítico liga duas verdades pessoais e vive da sua integridade preservada... (*ibid.*)

A obra literária, como escreve ainda Starobinski, é vivificada pela nossa leitura; como a uma pessoa, é necessário “reavivá-la para amá-la”, “fazê-la falar para responder-lhe”; ela “espera de nós sua ressurreição” (*ibid.*, p. 28-29). Ladmiral observa, de maneira geral, que a metáfora “morte e ressurreição” apresenta um paradigma de análise que pode ser útil para a reflexão sobre a tradução (1986, p. 41, n. 14). Larbaud também celebra a vida ligada à tradução e à leitura na seguinte citação: “Assim, nossa profissão de Tradutores é uma troca íntima e constante com a Vida, uma vida com a qual nós não nos contentamos em absorver e assimilar, como fazemos na Leitura...” (1984 [1946], p. 34). A leitura, a exemplo da tradução, suscitou, nas entranhas do inconsciente e do imaginário ocidental, toda uma temática da vida e da morte, ou da morte e da ressurreição, bem como uma simbologia do matrimônio e do amor.

O acaso excepcional da metáfora das “belas infiéis”, como destaca Lori Chamberlain, ilustra, segundo ela, a cumplicidade que existiria entre a questão da fidelidade em tradução e o casamento:

For Les belles infidèles, fidelity is defined by an implicit contract between translation (as woman) and original (as husband, father, or author). However, the infamous “double standard” operates here as it might have in

²² Ver a citação de Jean-René Ladmiral sobre a tradução definida em termos de identidade na nota 4 deste artigo.

traditional marriages [...]. This contract, in short, makes it impossible for the original to be guilty of infidelity. (2004 [1988], p. 307)

Lembremos que a maneira de traduzir, ao longo da história, até o século XX, foi determinada em função de dois polos antinômicos: a tradução literal (e, portanto, fiel) e a tradução livre (ou literária), ilustrada pela expressão “belas infiéis”. A tradução foi, portanto, suscetível de ser percebida como uma “traição”, o que segue o adágio italiano *traduttore-traditore*, que Lotbinière-Harwood retoma e ao qual Ricœur faz alusão no contexto que chama de “*hospitalidade linguageira*”, ou ao contrário, como a própria essência da tradição (RICŒUR, 2004, p. 43, grifo do autor)²³. As metáforas de conotação sexual, tais como “belas infiéis”, e o problema da fidelidade em tradução, para Lori Chamberlain, refletiriam em níveis mais profundos uma certa ansiedade com relação à paternidade da obra e à questão das origens ligadas aos conceitos de autor e autoridade. As noções de paternidade e alteridade aqui mencionadas pertencem tanto à ordem jurídica quanto à linguagem psicanalítica; elas fazem parte do cultural e do psíquico, duas dimensões do ser humano desenvolvidas por Chamberlain em sua análise. De maneira mais geral, e arriscando parecer simplificar as coisas em favor do nosso propósito, queremos lembrar que, para a psicanálise, a paternidade repousa sobre a resolução do complexo de Édipo, e a alteridade, sobre a diferença dos sexos. A questão fundamental por trás da isotopia metafórica da sexualidade em tradução, para Chamberlain, residiria na relação entre o valor da *produção* e da *reprodução*:

The coding of production and reproduction marks the former as a more valuable activity by reference to the division of labor established for the marketplace, which privileges male activity and pays accordingly. The transformation of translation from a reproductive activity into a productive one, from a secondary work into an original work, indicates the coding of translation rights as property rights – signs of riches, signs of power. I would further argue that the reason translation is so overcoded, so overregulated, is that it threatens to erase the difference between production and reproduction which is essential to the establishment of power. (2004 [1988], p. 314)

Os argumentos de Chamberlain foram amplamente repercutidos e comentados por outras teóricas feministas da tradução, como Sherry Simon (1996), Rosemary Arrojo (1994 e 1995) e Susan Bassnett, que menciona sua relevância:

²³ Ver também o artigo *Traduire* [Traduzir] do *Vocabulaire européen des philosophies* [Vocabulário Europeu das Filosofias], Dicionário dos Intraduzíveis, sob a direção de Barbara Cassin, 2004.

Lori Chamberlain is making an important point here, stressing the cultural complicity between fidelity in translation and in marriage: it is no accident that a substantial number of feminist translation scholars such as myself, Barbara Johnson, Barbara Godard, Sherry Simon, Annie Brisset or Suzanne de Lotbinière-Harwood all began using metaphors of “infidelity” or alternative marriage contract in their writings on translation in the 1980s, for all have been concerned with rethinking the view of translation that sets the original in a higher position than the text created for a new target audience. (1993, p. 141)

Dessa forma, Lotbinière-Harwood reivindica a metáfora da *infidelidade* para explicar a posição subversiva que ela adota: “As traduções que fazem com que o feminino tenha voz assumem a sua infidelidade – por fidelidade às mulheres – e fazem da tradutora e do texto traduzido, corpos sonoros e falantes” (1991, p. 22). Portanto, sua prática tradutória visa dar a palavra às mulheres:

Esse posicionamento também protesta contra a passividade e a subordinação do corpo que traduz, posturas tradicionalmente atribuídas às traduções bem como às mulheres. Se as “belas infiéis” do século XVII eram “infiéis” às obras de origem em favor das suas próprias prioridades, as “re-bela-das” do século XX são infiéis à lei da linguagem patriarcal que interdita a nós, mulheres. (*ibid.*, p. 21)

Ao destacar a dimensão política do ato de traduzir no feminino, ela concebe sua prática de “reescrita no feminino” como “discurso político”, uma atividade que não seria, portanto, inteiramente submissa à autoridade (ou “autor-idade”²⁴) da obra original, mas que seria verdadeiramente criativa. Para ela, a tradução representa um lugar de poder para investir no que diz respeito “às relações de força entre a produção e a reprodução” (*ibid.*, p. 28 e 22).

Barbara Johnson (1985), por sua vez, vê uma semelhança entre a crise atual da instituição do matrimônio e a que existiria, segundo ela, na teoria da tradução – inaugurada particularmente pelo pensamento de Jacques Derrida – em relação ao ideal de fidelidade a um texto original. Em *Torres de Babel*, Derrida fala sobre “o contrato de tradução”, que ele define conforme o léxico da diferença sexual: “Hímen ou contrato de casamento com a promessa de produzir uma criança cuja semente resultará na história e no crescimento” (1985, p. 234). O questionamento da própria ideia do texto original de Derrida, para Chamberlain, que por sua vez retoma a crítica derridiana em sua análise do gênero com a oposição binária entre o original e sua reprodução, permite redefinir a tradução como um processo de escrita:

²⁴ Em uma nota de rodapé de *Rebelle et Infidèle* [Rebelada e Infiel], Lotbinière-Harwood explica que a expressão, que é um jogo de palavras, é uma “desconstrução da palavra ‘autoridade’, que vem do latim *auctor*, autor. Ver *author-ity* em inglês.” (1991, p. 22, n. 15)

By subverting the autonomy and privilege of the so-called original text, he argues for the interdependence of writing and translating – and, implicitly, against a politics of translation that depends on gender violence. (1998, p. 96)

O estudo do campo metafórico em tradução em termos de gênero de Chamberlain, feito a partir da perspectiva pós-modernista de Derrida, corresponderia ao que Bassnett define como a terceira fase do desenvolvimento da disciplina de Estudos de Tradução. Nessa fase, que, segundo ela, poderia ser qualificada como “pós-estruturalista”, na qual o estudo da linguagem metafórica dos tradutores desempenha um papel importante, a tradução seria vista como um dos diversos processos de manipulação textual, sendo que é o conceito de *pluralidade*, que substitui o dogma da fidelidade ao texto de partida e a ideia do original, que é questionado a partir de diferentes perspectivas críticas (BASSNETT, 1993, p. 147).

Ao expandir o seu estudo sobre a isotopia metafórica da sexualidade em tradução para o modelo geral “masculino” de George Steiner, bem como para o de Serge Gavronsky, que é inspirado pelo “percurso hermenêutico” de Steiner, Chamberlain analisa essas representações da tradução segundo essa mesma perspectiva crítica²⁵. Vamos analisar agora o modelo supostamente “hermenêutico” de Steiner para mostrar de que forma ele não se encaixa, a nosso ver, na tradução hermenêutica, antes de aprofundarmos a análise de Gavronsky no contexto de uma Antropologia psicanalítica²⁶.

O modelo universal de tradução proposto por George Steiner em *Depois de Babel* e inspirado no modelo de Claude Lévi-Strauss em *Antropologia Estrutural*, desenvolve-se em quatro etapas. O percurso hermenêutico é descrito primeiramente como um “impulso de confiança” (Steiner, 1978, p. 277) que favorece a compreensão, seguido de “uma etapa de incursão e extração” caracterizada pelo ataque, no decorrer do qual “o tradutor invade, extrai e relata” (*ibid.*, p. 278-279). Essa segunda etapa, na qual Steiner faz referência a Heidegger para justificar a violência de todo ato de interpretação, pode assumir a forma de uma “penetração-anexação” ou de uma “transferência-apropriação” (*ibid.*, p. 279), um ato que Steiner, como lembra Chamberlain, compara explicitamente à possessão erótica (2004 [1988],

²⁵ Rosemary Arrojo, que analisa os argumentos de Chamberlain e de Bassnett junto ao modelo de Steiner, fala do “*masculine model*” (1995, p. 73) e do “*masculine bias*” (*ibid.*, p. 71 et 74), o que remete ao conceito de “preconceito” (*Vor-Urteil*, em alemão) de Heidegger, ou seja, os pressupostos que operam em todo ato de interpretação.

²⁶ Pode-se distinguir, como faz Ladmiral, a psicanálise propriamente dita que, *stricto sensu*, implica um trabalho clínico, de uma *Antropologia psicanalítica*, que implementa conceitos trazidos ao pensamento e cultura modernos pela psicanálise. Sobre esse tema, ver *Une herméneutique interculturelle de la traduction* [Uma hermenêutica intercultural da tradução] (ainda não publicado).

p. 312). A terceira etapa é a da “incorporação”, sucedida pela última etapa na qual o ato hermenêutico restabeleceria o equilíbrio através de um movimento de compensação e reciprocidade, tendo em vista “uma troca e uma paridade restaurada” (Steiner, 1978, p. 279-281). Steiner se refere aqui, com ele mesmo diz, ao modelo da *Antropologia Estrutural* de Lévi-Strauss “segundo o qual as estruturas sociais buscam o equilíbrio dinâmico por meio da troca de palavras, das mulheres e dos bens” (*ibid.*, p. 283). Nota-se, por outro lado, que Steiner propõe dois núcleos de metáforas associados a essa terceira fase que, segundo ele, estariam correlacionados, “o da comunhão, ou encarnação, e o da infecção” (*ibid.*, p. 279-280). Mais além da Antropologia, e afirmando, por isso, a ideia de um “inconsciente teológico” defendida por Ladmiral, está a linguagem religiosa que ressurge à sombra do discurso de Steiner e em seu modelo ideal inspirado pelo messianismo de Walter Benjamin: “Os benefícios da comunhão estão ligados ao estado moral e espiritual de quem a recebe” (*ibid.*, p. 280)²⁷.

A violência exacerbada presente na descrição do tradutor de Steiner, anunciada como um paradigma universal da tradução, com suas imagens sexuais agressivas, foi denunciada especialmente por Rosemary Arrojo, que cita e comenta Sherry Simon (1996), ressaltando que esse tradutor não se encontra em nenhum contexto histórico em particular. No entanto, nenhum privilégio de extraterritorialidade poderia ser reivindicado por um sujeito conhecedor, que por acaso está necessariamente associado à sua época pelos seus “preconceitos” ou sua concepção do mundo, e cuja fala é sempre situada. Gayatri Spivak também comenta sobre isso em *Translating into English* [Traduzindo para o Inglês]: os pressupostos que operam em toda leitura e em toda tradução têm uma história e estão situados geograficamente (2012, p. 274). O tradutor de Steiner nunca é reconhecido explicitamente como sendo um homem, como destaca Arrojo ao se referir à crítica de Chamberlain, mas a descrição do ato de traduzir pressupõe aqui uma perspectiva masculina da sexualidade (Arrojo, 1995, p. 74; Simon, 1996, p. 29). Apesar da referência de Steiner a Heidegger para

²⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre a influência de Walter Benjamin, de Goethe e do romantismo alemão sobre o modelo de Steiner, recomendamos Douglas Robinson (1998). O autor ressalta que a descrição da quarta etapa e do percurso como um todo permanecem vagos: “*Numerous problems remain with Steiner’s formulation. One is that, while he explicitly wants to make his fourfold movement an ideal model of every individual act of translation, he also wants to illustrate it with specific translations from the past – and in the course of illustrating the four moves he begins to treat them like stable categories for the classification of translations.*” (ROBINSON, 1998, p. 99)

“A formulação de Steiner ainda tem inúmeros problemas. Um deles é que, enquanto ele explicitamente quer fazer de suas quatro etapas um modelo ideal para todo ato individual de tradução, também quer ilustrá-las com traduções específicas do passado – e enquanto ilustra as quatro etapas, ele começa a tratá-las como categorias estáveis para a classificação da tradução.” (ROBINSON, 1998, p. 99)

justificar a violência do que ele chama de “compreensão-anexação” (STEINER, 1978, p. 283), não há nada que se refira propriamente à hermenêutica nesse modelo, a não ser o seu nome. Steiner explicita a afirmação de Heidegger de que a compreensão não seria “uma questão de método, mas de modalidade fundamental do ser” e que “compreensão, identificação, interpretação constituem *um modo de ataque unificado e inevitável*” (*ibid.*, p. 278, grifo nosso). A compreensão é definida aqui como o que “compreende não apenas segundo os mecanismos do conhecimento, mas também pelo círculo e ingestão” (*ibid.*, p. 278-279). Por outro lado, poderíamos fazer a pergunta crucial de Heidegger sobre a violência, que Jean Molino formula nestes termos: “Se a interpretação é a violência aplicada ao texto, o que colocaria um limite a essa violência?” (1985b, p. 297).

Tradicionalmente, a arte de evitar o mal-entendido, um engano – que, segundo Friedrich Schleiermacher, provoca o trabalho de interpretação – é o objeto da hermenêutica (Ricœur, 2004, p. 44). A expressão do “círculo” de Steiner reflete o “círculo hermenêutico”, o ato hermenêutico por excelência, mesmo que sem se referir a ele explicitamente. A descrição do círculo hermenêutico como estrutura fundamental da compressão, no nível metodológico para Schleiermacher, e no nível ontológico para Heidegger, é, no entanto, fundamental para aquele que traduz na medida em que esclarece o processo da compreensão do sentido e as condições para a sua realização. A descrição de Steiner, mais de ordem *psicológica* do que filosófica, não leva em consideração a reflexão hermenêutica sobre algumas questões que são essenciais para a tradução: especialmente o papel daquele que traduz e os “preconceitos” em todo ato de interpretação, o “círculo hermenêutico”, bem como a questão da intenção do autor, assunto que foi aprofundado por Paul Ricœur (1986) e que permanece sendo uma discussão atual. Além disso, é surpreendente que Steiner, que considera as questões hermenêuticas como parte integrante da segunda e terceira fases da história da tradução, como ele a descreve, (sendo que a terceira fase ainda não estava concluída quando *Depois de Babel* foi publicado) não as inclua em seu próprio “percurso hermenêutico” (1978, p. 224-226). Contudo, ele reconhece a importância do ensaio de Friedrich Schleiermacher de 1813 (1999, p. 224-225); a abordagem hermenêutica representa, segundo ele, “a análise do que é de fato ‘compreender’ um discurso oral ou escrito e a tentativa de identificar esse processo com o respaldo de um modelo geral da significação” (Steiner, 1978, p. 225). Essa abordagem “confere um aspecto claramente filosófico à questão da tradução” (*ibid.*, p. 225), como escreve ele paradoxalmente ao seu próprio modelo, que ele define como uma “*hermeneia* em quatro etapas” (*ibid.*, p. 283). O que dizer, então, da dimensão filosófica e hermenêutica, sem mencionar a feminina, do modelo de

Steiner? Por fim, diferentemente de Schleiermacher, ele parece excluir do seu conjunto de ideias um aspecto da reflexão tradutológica deveras importante: a tradução pragmática.

Ao nos situarmos no campo da psicologia e dos sentimentos como nos propõe Steiner, veremos que o amor “antropofágico” – ou “ingestão” como ele se refere (1978, p. 279) – representa, como diz Lytta Basset, “o amor do bebê que mama fundido à sua mãe e a ‘come’ sem ter consciência de que ela é outra pessoa. O adulto pode ter guardado parte disso consigo: quando ama, ele consome” (2010, p. 25). Através de uma perspectiva de crítica ideológica, esse modelo dominador da tradução que evoca estratégias de “invasão” e “exploração” (Steiner, 1978, p. 279) também pode ser contestado por refletir uma forma de imperialismo, como afirma Tejaswini Niranjana (1992). O modelo é claramente marcado por uma grande violência, a mesma violência teórica contra a qual protesta Catherine Malabou, referente à filosofia que orquestrou a impossibilidade da mulher como sujeito e com a qual se depara Chamberlain dentro da teoria da tradução contemporânea: “*Steiner’s influential model illustrates the persistence of what I have called the politics of originality and its logic of violence in contemporary translation theory*” (2004 [1988], p. 312).

O “tradutor canibal” de Gavronsky, inspirado pelo percurso hermenêutico de Steiner, é o segundo modelo analisado por Chamberlain em uma perspectiva de gênero. Gavronsky descreve esse “tradutor canibal” referindo-se a Freud, que reinterpreta os dados da etnografia do início do século à luz da psicanálise²⁸. Tal modelo ilustra a violência de um certo tipo de apropriação em tradução. O tradutor agressivo que toma posse do “original” ao mesmo tempo em que degusta o texto com deleite, alimenta-se das palavras, devorando-as para em seguida enunciá-las em sua própria língua, livrando-se do criador do texto de partida (GAVRONSKY, 1977, p. 60). Ao investigar as profundezas do inconsciente psicanalítico, analisando a estrutura edipiana no cerne da relação de tradução, Gavronsky não poderia ignorar que o próprio Freud propõe a comparação entre tradução e psicanálise, sendo esta última a responsável por transformar um conteúdo latente (o texto de partida) em um conteúdo patente. Nesta dessa leitura freudiana da figura edipiana do incesto em tradução, não estaríamos então nós em uma prática de tradução?

²⁸ Gavronsky cita *Totem e Tabu* de Freud (1977, p. 62, n. 21): “*By absorbing part of the body of a person through the act of eating we also come to possess the properties which belonged to that person. (Totem e Tabu, p. 107)*”. A apropriação, neste caso, tem uma dimensão antropológica e psicanalítica, e o conceito aqui não se enquadra dentro do mesmo contexto hermenêutico de Ricœur, que desenvolve a ideia de interpretação compreendida como apropriação. Devido aos limites estabelecidos a esse artigo, não aprofundaremos a reflexão sobre a ideia da apropriação na ordem antropológica e psicanalítica em relação ao conceito de “apropriação” de Ricœur.

Gavronsky divide as metáforas da tradução em dois domínios diferentes, como observa Chamberlain. O primeiro refere-se ao que ele chama de ordem da piedade: são as metáforas do amor cortês e aquelas ligadas à tradição cristã em que o tradutor (cavaleiro ou monge) respeita os votos de humildade, pobreza e castidade. O segundo é representado pelas metáforas que ele classifica como freudianas (GAVRONSKY, 1977, p. 59; CHAMBERLAIN, 2004 [1988], p. 311). A relação de autoridade hierárquica (autor/tradutor) assume uma dimensão ao mesmo tempo metafísica e ética ao se submeter ao ideal divino. Aqui, encontramos novamente esse inconsciente metafísico da tradição religiosa, como mencionado por Ladmiraal. Gavronsky defende que a relação mestre/escravo, que segundo ele é a base de todo discurso sobre tradução e contra a qual também protesta Lotbinière-Harwood (1991), é o alicerce do triângulo edipiano:

The translator considers himself as the child of the father-creator, his rival, while the text becomes the object of desire, that which has been completely defined by the paternal figure, the phallus-pen. (1977, p. 55)

Então, a alternativa ao tradutor marcado pela piedade, fiel ao texto de partida, seria o “tradutor canibal”, que se liberta da sua servidão e dos limites culturais e ideológicos para criar um texto novo que não se apresentaria mais como uma “mera” tradução. Chamberlain afirma que apesar de que Gavronsky desejava libertar o tradutor dos sinais culturais ligados à sua condição subalterna, seu modelo se encaixaria na ideologia dominante e nos mesmos termos binários das metáforas da tradução como ela analisa em seu estudo:

Indeed, we can see the extent to which Gavronsky’s metaphors are still inscribed within that ideology in the following description: “The original has been captured, raped, and incest performed. Here, once again, the son is father of the man. The original is mutilated beyond recognition; the slave-master dialectic reversed.” In repeating the sort of violence we have already seen so remarkably in Drant, Gavronsky betrays the dynamics of power in this “paternal” system. (2004 [1988], p. 312)

Seja quando o tradutor rouba o lugar do autor em silêncio ou quando ele assume o controle pelo uso da força e com violência para estabelecer sua autoridade, para Chamberlain, o poder sempre é apresentado como um privilégio que o homem exerce dentro da família e da esfera política do Estado.

Ladmiraal também usa a isotopia metafórica da sexualidade com exemplos psicanalíticos para deixar clara a oposição entre os conceitos de *sourciers* e *ciblistes*, sendo que a lógica *sourcier* é mais apegada ao *significante* da língua-fonte, enquanto a *cibliste* se preocupa mais

em exprimir *sentido* na língua-alvo. Refletindo a análise de Chamberlain, seria possível observar a imagem da família e da paternidade em vigor no pensamento de Ladmiral quando ele afirma se encontrar “na situação insólita de ter que apoiar, retrospectivamente, por escrito, a *paternidade* destes dois conceitos” (Ladmiral, 1986, p. 33; grifo nosso). Por isso ele evoca “o paradigma metafórico de um estupro da língua... materna (*horresco referens!*), que é a base do discurso *sourcier*” (*ibid.*, p. 40). Ao citar o princípio de Rudolf Pannwitz (BENJAMIN, 1971, p. 274), que diz que “o erro fundamental daquele que traduz é conservar o estado contingente da sua própria língua ao invés de sujeitá-la ao movimento violento da língua estrangeira”, Ladmiral segue a metáfora do estupro linguístico de *La Langue Violée?* [Língua violada?] (1991). Já que a metáfora do estupro é problemática, tanto sob o ponto de vista teórico quanto ideológico²⁹, ele diz preferir “tratar de uma *profanação* do texto de partida, passando então de isotopia sexual à isotopia religiosa”, sendo que a profanação *cibliste* se revela, segundo ele, “apenas no nível subjetivo da sua recepção” (LADMIRAL, 1991, p. 32, grifo do autor). Em *Pour une Théologie de la Traduction* [Por uma Teologia da Tradução], ele explica a tese de que o pensamento dos *sourciers* “remete ao impensado de uma teologia da Letra” (LADMIRAL, 1990, p. 130), sendo que sua relação com o texto figura como vinculada ao Absoluto: “Já que é sagrado, o texto original/originário não comporta mais a tradução, que não poderia ser nada além de profanação” (*ibid.*, p. 129). Para Ladmiral, como a mediação representada pela tradução se encaixa necessariamente em uma problemática hermenêutica, ele lembra, a exemplo de Ricœur, que a referência inicial parte da exegese (LADMIRAL, 1990, p. 138; Ricœur, 1969, p. 16)³⁰. Amparado pela interpretação da Sagrada Escritura, seu retorno à exegese também tem como objetivo constituir a disciplina hermenêutica como “ciência auxiliar” da teologia. O “círculo hermenêutico”, que representa o local de investimento do sujeito no processo de interpretação, tem origem teológica. O ato de interpretação, para Ladmiral – incluindo aquele do qual decorre toda e qualquer tradução – seja consciente ou não, não poderia partir do nada. Esta é, segundo ele, a definição de “preconceito” de Heidegger, que soube ressignificar o termo de maneira positiva. A tradução, de acordo com Ladmiral, seria então uma forma como a modernidade poderia gerar esse impensado, esse “inconsciente teológico”, que são as tradições religiosas (1990, p. 138). Por isso, a respeito desse “inconsciente religioso” que nos habita, não seria por acaso se os

²⁹ Em uma nota em seu artigo (n. 22, p. 32), Ladmiral analisa o que diz Sherry Simon (1989) sobre a metáfora do “estupro” que seria a base da lógica dos *sourciers*. Ver referências.

³⁰ No prefácio de *Hermenêutica* de Friedrich Schleiermacher, Jean Starobinski relembra a etimologia de *hermeneuein* em grego, que significa “expressar, explicar ou traduzir de uma língua para outra”. O que une esses três significados, escreve ele, é a noção da “*mediação que busca produzir uma mensagem inteligível*” (Starobinski, 1987, p. 5, grifo do autor).

reflexos da linguagem teológica reluzissem sob a isotopia sexual e as metáforas de amor no discurso sobre tradução, revelando então a perspectiva de um inconsciente do amor em tradução conectado, para nós, a um impensado metafísico do traduzir.

3. Quanto à autoridade: há outros modelos?

Embora a análise das metáforas e da representação em tradução em termos de gênero de Chamberlain continue sendo importante para o movimento feminista, ela também é, necessariamente, situada em contexto histórico, como afirma Susan Bassnett (1993, p. 147). De certa forma, essa leitura também faz parte da simbologia do casal tradicional e do casamento entre homem e mulher que integram o imaginário coletivo do pensamento ocidental, como tratado anteriormente. Ocorre que qualquer intérprete, como já apontamos, está ligado à sua época pela sua concepção do mundo e traz consigo, portanto, um conjunto de pré-concepções (*Vor-Verständnis*, em alemão) que inevitavelmente intervêm em sua leitura. A isotopia das metáforas, analisada para corroborar com o nosso trabalho, faz parte da “ideologia do casamento” (retomando a expressão de Gayatri Spivak), ligada ao que frequentemente chamamos de família nuclear (1996, p. 69). Denis de Rougemont declarava, já em 1938, a crise da instituição matrimonial moderna fundada, como ele diz, sobre os detritos do mito de Tristão e Isolda (1972 [1939]). Embora a norma, a verdade ou a salvação das sociedades ocidentais ao longo dos séculos, com o suporte, inicialmente das religiões monoteístas, e depois da psicanálise, residissem no casamento entre o homem e a mulher, hoje em dia, essa certeza não existe mais. A questão da identidade sexual e das relações entre os sexos são tópicos centrais em torno dos quais a sociedade ocidental, hoje, busca se reorganizar, sob a perspectiva de uma nova perspectiva de sentido. Como nos romances, seria conveniente, a partir de agora, começar a contar a história com “era uma vez dois sexos”, trazendo a dicotomia constitutiva que convocou por milhares de anos os grandes mitos da humanidade, as religiões do livro e os sistemas de representação de diferentes civilizações com a intenção de interpretá-la e dar-lhe sentido (Vincent, 2009). Portanto, poderíamos nos perguntar como interpretar esse campo metafórico da sexualidade e do casal homem-mulher em tradução, relacionado à paisagem fluida que derruba as fronteiras entre os gêneros, como acontece nos dias de hoje, e o que todas essas metáforas sexuais em tradução poderiam significar daqui para frente, na era do “casamento para todos”.

A autoridade – que convém aqui diferenciar de poder – é uma questão fundamental para as teóricas e tradutoras feministas que exploram a questão do gênero em tradução, que para

elas assume uma dimensão precisamente política³¹. Os modelos metafóricos da tradução de Steiner e Gavronsky, para Chamberlain, que ressalta toda sua ambivalência, são baseados em um modelo essencialmente patriarcal da autoridade, em que o filho-tradutor obedece ao pai-autor, ou o destrói (1998, p. 95). O reconhecimento da tradução como forma de *escrita* e produção, apresentado nas teorias pós-modernas da linguagem, é uma das reivindicações importantes das tradutoras feministas conscientes do poder da tradução que está em jogo. Para elas, a questão da autoridade abrange duas dimensões geralmente reconhecidas: de um lado, o poder, e do outro, a criação (fabricação, produção) (VULBEAU e PAIN, 2003). Clément Rosset relembra que a etimologia da palavra autor, que provém o latim *auctor*, “significa ao mesmo tempo responsável e produtor” (2008, p. 221). Por outro lado, Revault d’Allonnes afirma que Émile Benveniste, em seu *Vocabulário das Instituições Indo-Europeias*, observa que as palavras relacionadas a *auctor* (sendo o verbo *augeo* traduzido para *accroître* [acrescentar] ou *augmenter* [aumentar] se enquadram em duas esferas: uma religiosa e outra política (2006, p. 70-71).

A teóloga Lytta Basset, em sua aula inaugural de 2005 para a Universidade de Neuchâtel, intitulada *O que é falar com autoridade?*, observa a insistência de Hannah Arendt em demonstrar que, historicamente, a autoridade é uma noção *política* de origem romana (BASSET, 2005, p. 39). A palavra “política” vem do grego *polis* e Hannah Arendt (1972), como escreve Basset, destacou a “dimensão plural das relações humanas” com relação à autoridade (BASSET, 2005, p. 47). A questão da teóloga, que se situa no cruzamento entre psicologia, ética e espiritualidade, seria, então, “diretamente vinculada à necessidade da *convivência* (*ibid.* p. 39, grifo do autor). Na *Septuaginta*, a primeiríssima tradução da Bíblia do hebraico para o grego, como nos diz ela, existe o verbo comum *exestin*, que significa “é livre, é permitido”, e um substantivo original *exousia*, que pode ser traduzido para “autoridade” (*ibid.*, p. 41). O que então pode significar essa palavra? Trata-se primeiramente de um poder de decisão, como ela explica, “o poder de uma fala que cria fazendo o que diz” (*ibid.*): “Resumindo, uma autoridade imensa da mesma natureza da autoridade da Palavra de Deus, no entanto, limitada pela existência de outras, pela realidade da ‘convivência’. Portanto, uma autoridade que é *liberdade no plural* (*ibid.*, p. 41-42; grifo do autor). A dimensão *enigmática* da autoridade, ressaltada, entre outros, pelos filósofos Alain Renaut (2004) e Myriam Revault d’Allonnes (2006), poderia ser explicada, segundo Basset, pela relação

³¹ Para explorar melhor a diferença entre autoridade e poder, ver *Le pouvoir des commencements. Essai sur l’autorité* de Myriam Revault d’Allonnes [O poder dos começos. Ensaio sobre autoridade] (2006).

interpessoal, justamente porque “ela sempre se desenvolve no *meio de uma relação*” (2005, p. 40; grifo do autor).

Ao considerar a questão da autoridade no nível relacional, inspirando-se na leitura da Bíblia, Basset sugere substituir a alternativa entre superioridade e inferioridade pela noção de alteridade, ou seja, o desmembramento da autoridade “dentro de uma relação de respeito mútuo, independentemente da posição hierárquica ocupada” (*ibid.*, p. 41). Trata-se então de uma forma de reciprocidade que respeita a alteridade, pois o outro (mesmo que subalterno) pode, por sua vez, como ela diz, tornar-se fonte de autoridade. A exemplo do sociólogo Émile Durkheim, Basset nos apresenta o “*pluralismo de autoridade*”, no qual a autoridade jamais seria mantida por uma única instituição, mesmo que esta seja o Estado (*ibid.*, p. 47, grifo do autor)³². Ela também menciona Jacques Pain e Alain Vulbeau, da Universidade Paris Nanterre, para quem, seguindo a lógica da *exousia*,

a autorização não é hierárquica, mas sim mútua [...]. A autoridade não é um ponto fixo, ao qual se deveria sempre retornar, mas sim uma linha em constante progresso e um *espaço a ser desenvolvido*. De acordo com essa estrutura, a autorização assume imediatamente um sentido de construção e *coprodução* [...]. (2000, p. 121 sq. e p. 132; grifo nosso)³³

Entre as esferas da sociedade nas quais a questão da autoridade é problemática, continua Basset, cada vez mais recorremos a “uma autoridade a ser construída em conjunto, inclusive através de conflitos e lutas” no espaço interpessoal (2005, p. 44). Portanto, a autoridade autêntica seria, para ela, “o resultado de um mergulho às profundezas de si mesmo” e “de uma reunificação interior” (*ibid.*, p. 44-45). Isso permite o seu próprio crescimento e o dos outros ao restaurar o diálogo e dar a palavra – sendo “produzir, dar origem”, o sentido primário da palavra latina *auctor*, “autor”. O modelo que representa Cristo nos Evangelhos, segundo ela, nos convida a aceitar os limites ao renunciar à fantasia da onipotência para que não se dependa do poder de Deus, o Todo-Outro.

Em seu livro *Aimer sans Dévorer* [Amar sem Devorar], cujo título pode ser uma referência ao “tradutor canibal” de Serge Gavronsky, Basset (2010) denuncia as caricaturas do amor – o amor que devora, é mortífero e não faz parte do real, mas sim do imaginário. Ela afirma ainda que nós vivemos em uma “sociedade que sofre com o mal do vínculo”

³² Revault d’Allonnes, seguindo Max Weber, escreve que o homem (a mulher) moderno(a) é forçado(a) “a criar o significado, mesmo que este seja problemático, pluralizável: haveria então *significados* ao invés *significado*? É a pluralização da autoridade – das autoridades – que, além de sua perda ou vagueza, é o problema com o qual nos confrontamos hoje em dia” (2006, p. 96, grifo do autor).

³³ Citado por Lytta Basset em “*O que é falar com autoridade?*”.

(BASSET, 2010, p. 19). No entanto, é precisamente esse vínculo entre texto de partida e tradução, masculino/dominante e feminino/subalterno, que as teóricas feministas da tradução estão tentando repensar e realizar dentro desse espaço privilegiado de encontro que é a tradução, afastando-se da relação “devoração-apropriação” ilustrada pelo suposto modelo hermenêutico de Steiner. De acordo com isso, Chamberlain defende uma teoria feminista da tradução que não se basearia no modelo familiar do conflito edipiano, mas na qual a tradução seria vista como uma colaboração na qual o autor e o tradutor trabalhariam juntos, seja em cooperação conjunta ou de maneira subversiva. (2004 [1988], p. 318). Lotbinière-Harwood também anseia pelo “vínculo de reciprocidade” do qual fala Basset (2005, p. 40, grifo do autor), e por “um trabalho colaborativo entre cocriadoras” (1991, p. 23).

O questionamento da autoridade dentro do sistema patriarcal, como a presente nas relações hierárquicas entre os dois polos do texto de partida e sua tradução, para as tradutoras feministas, se inicia sobre um *espaço de negociação* em favor de uma dinâmica do “intermédio”. Assim resume Lotbinière-Harwood: “*In translation, the cultural space-in-between source-language and target-language and the ideological space-in-between masculine and feminine, are sites of struggle around meaning.*” (1991, p. 166). Susan Bassnett afirma que, ao celebrar o “intermédio” (*the inbetweenness*), a teoria feminista da tradução recria o espaço de tradução como um espaço bissexual, que não pertence nem a um sexo, nem a outro (1993, p. 156). Ao introduzir o famoso conceito da “escrita feminina”, Hélène Cixous já não dizia, em *Le Rire de la Méduse* [O Riso da Medusa], que “escrever é justamente trabalhar (n)o meio, questionar o processo do mesmo e do outro sem o qual nada vive, desfazer o trabalho da morte”? (2010, p. 51).

Retomando a analogia do casamento em tradução, não seríamos então convidados a novas “bodas” como esses “casórios” dos quais fala Annick de Souzenelle, sendo o primeiro matrimônio do homem aquele dele com ele mesmo, relacionado ao seu feminino interior?³⁴ Esses casamentos internos, que remetem à necessidade do matrimônio interior de cada um, deixariam emergir um ser reunificado que teria perdido sua vontade de dominar o outro e que pode se abrir a ele ao reconhecer sua alteridade.

Como as relações de desigualdade que caracterizam o processo de tradução foram expressas ao longo dos séculos em termos de superioridade do texto de partida e inferioridade da tradução, a abordagem dos estudos pós-coloniais em tradução evidenciou as relações de força entre línguas e culturas e, a exemplo do feminismo, a recusa de um paradigma

³⁴ Entrevista com Annick de Souzenelle, *Ouvrir le noyau intérieurement* [Abrir o núcleo interno].

dominante. Nesse contexto, a obra de mediação da crítica indiana Gayatri Chakravorty Spivak, seja na reflexão teórica sobre gênero e identidade em tradução, ou através de sua prática, é acompanhada de um grande questionamento sobre todas as formas de identidade, nacionais e outras. Já que prefere falar de “engajamento no domínio do gênero e da diferença sexual” ao invés de “feminismo” – o termo lhe parece “insuficiente”³⁵ –, ela acaba combinando esse posicionamento com o posicionamento pós-colonialista. Como explica Sherry Simon, ela tenta “criar uma *posição de leitura* adequada do texto bengalês em língua inglesa” (Simon, 2009, p. 51; grifo nosso). Em *The Politics of Translation* [As Políticas da Tradução], ela retoma a ilustre fórmula de Walter Benjamin, “a tarefa do tradutor”^{36*}, ao adotar a ideia segundo a qual a tradução não poderia se reduzir a um ato de comunicação e ao afirmar conforme sua perspectiva que: “A tarefa de uma tradutora feminista é considerar a linguagem como guia para os trabalhos de agência de gênero.” (Simon, 2004 [1993], p. 369). Como ela fala da tradução como de uma leitura (“*Translation as Reading*”) e da leitura como tradução (“*Reading as Translation*”), ela defende que a “tradução é o ato de leitura mais íntimo que existe. Eu me entrego ao texto quando traduzo.” (*ibid.*, p. 370). Ela propõe uma abordagem e técnicas de tradução que respeitam a literalidade do texto bengalês e que atentam para seus efeitos retóricos, com a materialidade textual. Seu conceito de “entregar-se ao texto” – também com a ideia de submissão – implica a perda de controle na língua, a difusão³⁷. Além da dimensão ética, ela aborda inicialmente a relação amorosa:

Although every act of reading or communication is a bit of this risky fraying which scrambles together somehow, our stake in agency keeps the fraying down to a minimum except in the communication and reading of and in love. (What is the place of “love” in the ethical?) The task of the translator is to facilitate this love between the original and its shadow. (SPIVAK, 2004 [1993], p. 370)

Sherry Simon analisa, nesses termos, essa comparação com a experiência amorosa:

³⁵ Entrevista com Gayatri Spivak, Revista *Philosophie*, nº 48, abril de 2011, p. 60.

^{36*} N. da T.: O ensaio de Benjamin foi traduzido quatro vezes no Brasil. Em uma delas, Susana Kampff Lages traduziu o título para “A tarefa-renúncia do tradutor”, a fim de evidenciar a ambiguidade da palavra *Aufgabe*, utilizada pelo autor no título em alemão (*Die Aufgabe des Übersetzers*).

³⁷ Em razão dos limites definidos deste artigo, não abordaremos a teoria desenvolvida por Susan Bassnett, que se opõe à violência do modelo masculino de tradução ilustrado por George Steiner (“uma teoria da tradução orgástica”), bem como os comentários de Rosemary Arrojo a respeito do assunto. Ver *Feminist, “Orgasmic” Theories of Translation and their Contradictions* [Teorias de Tradução Feministas ‘Orgásticas’ e suas Contradições]. Essa teoria orgástica apenas confirma que estamos desenvolvendo aqui a ideia de um inconsciente amoroso da tradução, que se desdobra sobre toda sua dimensão erótica.

This comparison with the experience of love allows Spivak to explore the relationship between self and other which is enacted through translation. Spivak posits two fundamental forms of alterity: the erotic and the ethical. In order to be ethical, she explains, we have to turn the other into something like the self. [...] But in the translating relationship there has to be more respect for the irreducibility of otherness; this respect is more erotic than ethical in nature. The liberal, humanist, “she is just like me” position is not very helpful when translating: it is maximum distance which the translator must seek. This brings the translating relationship ideally closer to the mode of the erotic rather than to the ethical form of alterity. (1996, p. 143-145)

É possível associar essa ideia ao conceito do “Eros tradutório” de Françoise Wuilmart, mencionado anteriormente, que descreve o encontro de dois imaginários no plano do inconsciente sob a forma de uma “empatia definitivamente sexuada” (2009, p. 38), explica. Como sugere Sherry Simon, também é possível ler a descrição do ato de traduzir de Spivak em sua dimensão erótica, como a antítese ou paródia do modelo universal presumidamente hermenêutico de Steiner (1996, p. 144).

Conclusão

A análise da isotopia sexual em tradução – desde a metáfora das “belas infiéis” até o modelo de George Steiner – permitiu trazer à tona toda uma simbologia ligada ao masculino e feminino, ao casal e ao matrimônio, o que acaba por revelar um inconsciente do amor em tradução que seria ligado a um impensado religioso. Ao retomarmos os universais antropológicos fundamentais tratados na introdução, como o amor, Deus, ou a morte, entre os quais figura a tradução, situando-nos sempre na perspectiva do impensado teológico do traduzir, abordado por Jean-René Ladmiral, é possível, portanto, opormos o *eros* mortífero (“por ser devorador da alteridade”, conforme Lytta Basset), ao amor de *ágape* que significa, para ela, amar a diferença do outro, apaixonar-se por sua alteridade (2010, p. 399). Denis de Rougemont também sugere a analogia com a fé, em sua conclusão de *O Amor e o Ocidente*: a paixão, “nascida do desejo mortal de união mística”, escreve ele, “só pode ser superada e consumada pelo *encontro* de um *outro*, admitindo sua vida estrangeira, sua pessoa para sempre distinta”, um encontro que permite o início de um diálogo genuíno (1972, p. 244, grifo do autor). Unimos aqui os princípios éticos das tradutoras feministas em sua reivindicação de uma autoridade que *autoriza*, sendo a autorização mútua, e não hierárquica. Como a autoridade sempre esteve intimamente ligada às estruturas sociais e aos modelos de sociedade, ela também tem uma dimensão de sacralidade ou de divindade, reconhecida desde

sempre³⁸. Alain Vulbeau e Jacques Pain também afirmam: “O desafio da autoridade hoje em dia é reencontrar o sacro, não mais no originário, mas na dinâmica de uma ética de processos cotidianos” (2003, p. 15).

A desigualdade entre os sexos, para Françoise Héritier (2002), teria sido estabelecida pela simbolização que funda a ordem social a partir de uma *interpretação discriminatória* de dados reais, e a diferença biológica observável que se manifesta em particular na procriação desde as origens da espécie humana. “É um ponto de vista deveras arcaico”, escreve, “apesar de não ser inalterável” (HÉRITIER, 2002, p. 14). A desigualdade seria “construída exclusivamente no mundo das ideias. Em suma, uma quimera da qual estamos apenas começando a nos libertar” (2013, p. 11). A partir dessas observações, medimos todo o impacto das metáforas em tradução no inconsciente coletivo articulado em torno da diferença sexual: as metáforas sexuais ou sexistas contribuem então para reforçar a hierarquia, marca da desigualdade. Por outro lado, como afirma Maria Tymoczko citada anteriormente, as metáforas em tradução, desde as “belas infieis” até à antropofagia e ao canibalismo, mostram o discurso, as práticas e as estratégias de tradução; elas têm uma incidência sobre o imaginário social e sobre o desenvolvimento das disciplinas (2010, p. 110). Lori Chamberlain também poderia afirmar que as questões que devem ser analisadas dentro do campo da pesquisa de gênero em tradução são inúmeras:

As women write their own metaphors of cultural production, it may be possible to consider the acts of authoring, creating, or legitimizing a text outside of the gender binaries that have so far circumscribed women's work both inside and outside the academy. (1998, p. 96).

Nenhum sistema de representação poderia ser completamente fechado em si mesmo, afirma Héritier; todos apresentam falhas e lacunas, que também são aberturas que permitem iniciar uma ação (1996, p. 12). Ainda nos resta, escreve ela, “a liberdade de nos revoltamos contra os estereótipos (na medida em que tomamos consciência deles) e, portanto, contra a desigualdade entre os sexos” (2013, p. 11). Ao contribuir com a permanência da ordem social na simbologia da hierarquização, os estereótipos sexistas instituem uma representação da tradução e das relações simbólicas do masculino e feminino que, para as teóricas e tradutoras feministas, agora figuram como coisa do passado. “A verdade da metáfora”, como escreve

³⁸ Jean Starobinski faz a distinção de três tipos de autoridade na figura do autor. A primeira é aquela que o autor reivindica, ou da qual ele é mensageiro, e que é de origem divina (o deus ou a musa). Trata-se, nessa primeira figura de autoridade, de um modelo “arcaico”, na qual o autor está a serviço de uma autoridade antecedente que lhe é superior (1985, p. 31-35).

Hans Blumenberg, “é uma *verdade a ser realizada*”, que é de ordem *pragmática* (2006, p. 25, grifo do autor, e p. 24). A questão da tradução feminista relaciona-se, então, com as expectativas e com a obrigação da tradução, no que diz respeito ao que deve ser feito pela ação humana, na perspectiva de um novo modo de “compreensão” do mundo (ARENDDT, citada por RICŒUR, 2004, p. 36).

Referências

ANDRÉ, James, dir. (2010). **Thinking Through Translation with Metaphors**. Manchester, St. Jerome.

ARENDDT, Hannah (1972). “Qu’est-ce que l’autorité ?”, in **La crise de la culture**. Trad. Patrick Lévy. Paris, Éditions Gallimard, coll. “Folio essais”, p. 121-185.

ARROJO, Rosemary (1994). “Fidelity and The Gendered Translation». **TTR**, 7, 2, p. 147-163.

ARROJO, Rosemary (1995). “Feminist, “Orgasmic” Theories of Translation and their Contradictions”. **TradTerm**, 2, p. 67-75.

BARREAU, Jean-Claude (1971). **Qui est Dieu**. Paris, Éditions du Seuil.

BASSET, Lytta (2005). “Qu’est-ce que parler avec autorité ?”. Leçon inaugurale, Faculté de théologie. **Chroniques universitaires/Université de Neuchâtel 2005-2006**. Neuchâtel, Université de Neuchâtel, p. 37-48.

BASSET, Lytta (2010). **Aimer sans dévorer**. Paris, Éditions Albin Michel.

BASSNETT, Susan (1993). **Comparative Literature**. A Critical Introduction. Oxford,

BLACKWELL. Benjamin, Walter (1971). “La tâche du traducteur”, in **Œuvres**, t.I (*Mythe et violence*), préface à la traduction des *Tableaux parisiens* de Baudelaire. Trad. Maurice de Gandillac. Paris, Denoël.

BLETON, Claude (2004). **Les nègres du traducteur**. Paris, Éditions Métailié.

BLUMENBERG, Hans (2006). **Paradigmes pour une métaphorologie**. Trad. Didier Gammelin. Paris, Librairie philosophique J. Vrin.

BLUMENBERG, Hans (2007). **La lisibilité du monde**. Trad. Pierre Rusch et Denis Trierweiler. Paris, Éditions du Cerf.

BROSSARD, Nicole (1987). **Le Désert mauve**. Montréal, L’Hexagone.

CASSIN, Barbara, dir. (2004). “Traduire”, in **Vocabulaire européen des philosophies. Dictionnaire des intraduisibles**. Paris, Éditions du Seuil/ Dictionnaire Le Robert, p. 1305-1320.

- CHAMBERLAIN, Lori (1998). "Gender Metaphorics in Translation". In M. Baker, dir. **The Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres e New York, Routledge, p. 93-96.
- CHAMBERLAIN, Lori (2004 [1988]). "Gender and the Metaphorics of Translation". In L. Venuti, dir. **The Translation Studies Reader**. Londres e New York, Routledge, p. 306-321.
- CITTON, Yves (2010). **L'avenir des Humanités. Économie de la connaissance ou cultures de l'interprétation?** Paris, Éditions La Découverte.
- CIXOUS, Hélène (2010). **Le Rire de la Méduse et autres ironies**. Paris, Éditions Galilée.
- DESAI, Anita (2012). **The Artist of Disappearance**. Londres, Vintage Books.
- DERRIDA, Jacques (1985). "Des tours de Babel". In J. F. Graham, dir. **Difference in Translation**. Ithaca, Cornell University Press, p. 209- 248.
- D'HULST, Lieven (1992). "Sur le rôle des métaphores en traductologie contemporaine". **Target**, 4,1, p. 33-51.
- FELMAN, Shoshana (1993). **What Does a Woman Want? Reading and Sexual Difference**. Baltimore, John Hopkins University Press.
- FESSARD, Gaston, S. J. (1960). **De l'actualité historique**, t. 1. Bruges, Desclée de Brouwer.
- GADAMER, Hans-Georg (1976 [1960]). **Vérité et méthode. Les grandes lignes d'une herméneutique philosophique**. Trad. Étienne Sacre, révis. Paul Ricœur. Paris, Éditions du Seuil.
- GAVRONSKY, Serge (1977). "The Translator: From Piety to Cannibalism». **SubStance**, 6/7, 16, p. 53-62.
- GODARD, Barbara (1991). "Translating (With) the Speculum". **TTR**, 4, 2, p. 85-121.
- HERITIER, Françoise (1996). **Masculin/Féminin. La pensée de la différence**. Paris, Éditions Odile Jacob.
- HERITIER, Françoise (2002). **Masculin/Féminin II. Dissoudre la hiérarchie**. Paris, Éditions Odile Jacob.
- HERITIER, Françoise (2012). **Le sel de la vie**. Paris, Éditions Odile Jacob.
- HERITIER, Françoise (2013). "Quand la culture s'impose à la nature". **Le Point Références** "Homme, femme... Les lois du genre", hors série du **Point**, juillet-août.
- HUSTON, Nancy (2007). "Traduttore non è traditore". In M. Le Bris et J. Rouaud, dir. **Pour une littérature-monde**. Paris, Éditions Gallimard, p. 151-160.

- JOHNSON, Barbara (1985). "Taking Fidelity Philosophically". In J. F. Graham, dir. **Difference in Translation**. Ithaca, Cornell University Press, p. 142-148.
- LADMIRAL, Jean-René (1986). "Sourciers et ciblistes". **Revue d'esthétique**, 12, p. 33-42.
- LADMIRAL, Jean-René (1990). "Pour une théologie de la traduction». **TTR**, 3, 2, p. 121-138.
- LADMIRAL, Jean-René (1990). "La traduction prolifère ? – Sur le statut des textes qu'on traduit", **Meta**, 35, 1, p. 102-118.
- LADMIRAL, Jean-René (1991). "La langue violée ?" **Palimpsestes**, 6, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle, p. 23-33.
- LADMIRAL, Jean-René (1995). "Traduire, c'est à dire... Phénoménologies d'un concept pluriel". **Meta**, 40, 3, p. 409-420.
- LADMIRAL, Jean-René (2012). "Une anthropologie interdisciplinaire de la traduction». Entretien avec Jane Elisabeth Wilhelm. **Meta**, 57, 3, p. 546-563.
- LARBAUD, Valéry (1984 [1946]). *De la traduction*. Extrait de **Sous l'Invocation de Saint Jérôme**. Arles, Éditions Actes Sud.
- LAVIERI, Antonio (2007). **Translatio in fabula. La letteratura come pratica teorica del tradurre**. Rome, Editori Riuniti.
- LEGRAND, Stéphane (2009).: "La philosophie a orchestré l'impossibilité de la femme comme sujet". Rencontre avec Catherine Malabou. **Le Monde**, Paris, 18 décembre.
- LOTBINIERE-HARWOOD, Susanne de (1991). **Re-belle et infidèle. La traduction comme pratique de réécriture au féminin. The Body Bilingual, Translation as a Rewriting in the Feminine**. Montréal, Les éditions du remue-ménage/Women's Press.
- MALABOU, Catherine (2009). **Changer de différence. Le féminin et la question philosophique**. Paris, Éditions Galilée.
- MATHIEU, Nicole-Claude (1991). **L'anatomie politique: catégorisations et idéologies du sexe**. Paris, Éditions Côté-femmes.
- MATTHIEUSSENT, Brice (2009). **Vengeance du traducteur**. Paris, P.O.L. Éditeur.
- MOLINO, Jean; Jane Wilhelm, Jean (1985a). "Pour une histoire de l'interprétation: les étapes de l'herméneutique". **Philosophiques**, 12, 1, p. 73-103.
- MOLINO, Jean (1985b). "Pour une histoire de l'interprétation: les étapes de l'herméneutique (suite)". **Philosophiques**, 12, 2, p. 281-314.
- MOUNIN, Georges (1994 [1955]). **Les belles infidèles**. Lille, Presses universitaires de Lille.

- NIRANJANA, Tejaswini (1992). **Siting Translation. History, PostStructuralism, and the Colonial Context**. Berkeley, University of California Press.
- ORSENNNA, Erik (1997). **Deux étés**. Paris, Éditions Fayard.
- PAIN, Jacques et Alain Vulbeau (2000). “L’autorisation ou les mouvements de l’autorité”. In A. Garapon et S. Perdrille, dir. **Quelle autorité ? Une figure à géométrie variable**, 198, Paris, Éditions Autrement, p. 119-137.
- PATEMAN, Carole (2010 [1988]). **Le contrat sexuel**. Trad. Charlotte Nordmann. Paris, Éditions la Découverte.
- PROUST, Marcel (2002 [1913]). **Un amour de Swann**. Paris, Éditions Flammarion.
- PROUST, Marcel (2004). **Le temps retrouvé, in À la recherche du temps perdu**, vol. VII. Paris, Éditions Gallimard.
- RAGUET, Christine, dir. (2008). “Traduire le genre grammatical: un enjeu linguistique et/ou politique ?” **Palimpsestes**, 21. Paris, Presses Sorbonne Nouvelle.
- REVAULT D’ALLONNES, Myriam (2006). **Le pouvoir des commencements. Essai sur l’autorité**. Paris, Éditions du Seuil.
- RENAUT, Alain (2004). **La fin de l’autorité**. Paris, Éditions Flammarion.
- RICŒUR, Paul (1969). **Le conflit des interprétations. Essais d’herméneutique**. Paris, Éditions du Seuil.
- RICŒUR, Paul (1986). **Du texte à l’action. Essais d’herméneutique**, II. Paris, Éditions du Seuil.
- RICŒUR, Paul (2004). **Sur la traduction**. Paris, Bayard.
- ROBINSON, Douglas (1998). “Hermeneutic Motion». In M. Baker, dir. **Routledge Encyclopedia of Translation Studies**. Londres et New York, Routledge, p. 97-99.
- ROUGEMONT, Denis de (1972 [1939]). **L’amour et l’Occident**. Paris, Librairie Plon.
- ROSSET, Clément (2008). **L’école du réel**. Paris, Les Éditions de Minuit.
- RUBIN, Gayle (1975). “The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”. In R. Reiter, dir. **Toward an Anthropology of Women**. New York, Monthly Review Press, p. 157-210.
- SARDIN, Pascale, dir. (2009). Traduire le genre: femmes en traduction. **Palimpsestes**, 22, Paris, Presses Sorbonne Nouvelle.
- SCHLEIERMACHER, Friedrich (1987). **Herméneutique**. Trad. Marianna Simon. Genève, Éditions Labor et Fides.

SCHLEIERMACHER, Friedrich (1999). **Des différentes méthodes du traduire et autre texte**. Trad. Antoine Berman. Paris, Éditions du Seuil.

SCOTT, Joan (1988). “Genre : une catégorie utile d’analyse historique”. Trad. Eleni Varikas. **Les Cahiers du Grif**, 37/38, Paris, Éditions Tierce, p. 125-153.

SCOTT, Joan (2012). **De l’utilité du genre**. Trad. Claude Servan-Schreiber. Paris, Librairie Arthème Fayard.

SIMON, Sherry (1989). “Compte rendu». **TTR**, 2, 2, p. 157-158.

SIMON, Sherry (1996). **Gender in Translation. Cultural Identity and the Politics of Transmission**. Londres e New York, Routledge.

SIMON, Sherry (2002). “Germaine de Staël and Gayatri Spivak: Culture Brokers”. In M. Tymoczko e E. Gentzler, dir. **Translation and Power**. Amherst, University of Massachusetts Press, p. 122-140.

SIMON, Sherry (2009). “Médiatrices. De Germaine de Staël à Gayatri Spivak”. In A. Fidecaro, H. Partzsch, S. van Dijk et V. Cossy, dir. **Femmes écrivains à la croisée des langues, 1700-2000/Women Writers at the Crossroads of Languages, 1700-2000**. Genève, MétisPresse, coll. “Voltiges”, p. 43-53.

SOUZENELLE, Annick de. **Ouvrir le noyau intérieur**, propos recueillis par Claudine Della Libera. [<https://www.cles.com/enquetes/article/ouvrir-le-noyau-interieur>].

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (1996). “Feminism and Critical Theory”. In D. Landry et G. MacLean, dir. **The Spivak Reader. Selected Works of Gayatri Chakravorty Spivak**. Londres et New York, Routledge, p. 53-74.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2004 [1993]). “The Politics of Translation». In L. Venuti, dir. **The Translation Studies Reader**, Londres e New York, Routledge, p. 369-388.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2011). “Entretien de Gayatri Spivak”. **Philosophie magazine**, 48, p. 58-63.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2012). “Culture: Situating Feminism», in **An Aesthetic Education in the Era of Globalization**. Cambridge, Harvard University Press, p. 119-136.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty (2012). “Translating into English», in *An Aesthetic Education in the Era of Globalization*. Cambridge, Harvard University Press, p. 256-274.

STAROBINSKI, Jean (1970). **L’œil vivant II. La relation critique**. Paris, Éditions Gallimard.

STAROBINSKI, Jean (1985). “L’auteur et l’autorité”. **Écriture**, 24, p. 31-35.

STAROBINSKI, Jean (1987). Avant-propos à **l’Herméneutique** de Friedrich Schleiermacher. Trad. Marianna Simon. Genève, Éditions Labor et Fides.

STEINER, George (1978 [1975]). **Après Babel. Une poétique du dire et de la traduction.** Trad. Lucienne Lotringer. Paris, Éditions Albin Michel.

TYMOCZKO, Maria (2010). “Western Metaphorical Discourses Implicit in Translation Studies”. In J. St. André, dir. **Thinking Through Translation with Metaphors.** Manchester, St. Jerome, p. 109-143.

VAN WYKE, Ben (2013). “Translation and Ethics”. In C. Millan et F. Bartrina, dir. **The Routledge Handbook of Translation Studies.** Londres et New York, Routledge, p. 548-560.

VINCENT, Catherine (2009). “Il était une fois deux sexes”. **Le Monde**, 3 août.

VON FLOTOW, Luise (1991). “Feminist Translation: Contexts, Practices and Theories”. **TTR**, 4, 2, p. 69-84.

VON FLOTOW, Luise (1997). **Translation and Gender: Translating in the “Era of Feminism”.** Manchester, St. Jerome; Ottawa, Presses de l’Université d’Ottawa.

VON FLOTOW, Luise (2009). “Gender and Sexuality”. In M. Baker e G. Saldanha, dir. **The Routledge Encyclopedia of Translation Studies**, 2e éd. Londres et New York, Routledge, p. 122-126.

VULBEAU, Alain et Jacques Pain (2003). **L’invention de l’autorité.** Vigneux, Éditions Matrice.

WILHELM, Jane (2012). “Jean-René LADMIRAL – une anthropologie interdisciplinaire de la traduction». Entretien avec Jane Elisabeth Wilhelm. **Meta**, 57, 3, p. 546-563.

WUILMART, Françoise (2009). “Traduire un homme, traduire une femme... est-ce la même chose ?” In P. Sardin, dir. Traduire le genre: femmes en traduction. **Palimpsestes**, 22, p. 23-39.